RELACIONAMENTOS ABUSIVOS, VIOLÊNCIA E FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL E DO CONTEXTO SOCIAL

ABUSIVE RELATIONSHIPS, VIOLENCE, AND FEMICIDE: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF COGNITIVE-BEHAVIORAL THERAPY AND SOCIAL CONTEXT

Grasiele Ribeiro de Sousa Carneiro [1], Ana Caroline Gonçalves Lima [2]

[1] Faculdade Unis São Lourenço, São Lourenço, Minas Gerais,

grasiele.carneiro@alunos.unis.edu.br; https://orcid.org/0009-0007-6968-0242

[2] Faculdade Unis São lourenço, São Lourenço, Minas Gerais,

ana.lima@professor.unis.edu.br; https://orcid.org/0009-0004-7383-1291

RESUMO

A violência em relações íntimas é um fenômeno multifacetado e gradual, muitas vezes pouco visível socialmente, podendo levar a consequências graves, como o feminicídio. Este estudo investiga relacionamentos abusivos a partir da perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e do contexto social em que tais relações se desenvolvem. O objetivo central é compreender os fatores psicológicos e socioculturais que mantêm mulheres em relações abusivas, com atenção especial a crenças disfuncionais, distorções cognitivas e padrões comportamentais ligados à submissão. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória, baseada em revisão de literatura e análise teórico-reflexiva de documentos oficiais e produções acadêmicas. Os achados indicam que a naturalização da violência, aliada à fragilidade das redes de apoio e a vulnerabilidades cognitivas e emocionais, contribui para a manutenção dessas relações. A TCC surge como abordagem relevante, promovendo reestruturação de crenças disfuncionais, fortalecimento da autonomia emocional e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. Conclui-se que o combate à violência de gênero requer integração de ações clínicas e sociais, ampliando o suporte disponível e criando condições efetivas para romper o ciclo de abuso.

Palavras-chave: Violência de gênero; Relacionamentos abusivos; Feminicídio; Terapia Cognitivo-Comportamental; Distorções cognitivas.

1 INTRODUÇÃO

A manutenção de vínculos em relações abusivas não é um evento isolado de vontade, mas o resultado de processos psicológicos complexos que se interligam a fatores socioculturais e estruturais. Essas relações estabelecem-se por meio de mecanismos muitas vezes silenciosos de controle e manipulação, que tendem a se intensificar e cronificar com o passar do tempo. No cenário nacional, as estatísticas recentes de feminicídio demonstram a gravidade dessa progressão e a urgência de estratégias que interrompam o ciclo de violência em seus estágios iniciais. Segundo Saffioti (2004), tal engrenagem de dominação é reforçada por uma organização social que valida a subordinação feminina.

Nesse sentido, os altos índices de feminicídio no Brasil refletem históricos persistentes de violência doméstica, evidenciando a escalada do abuso quando não há intervenção (BRASIL, 2006; BRASIL, 2015; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025, 2026; UNODC; UN WOMEN, 2024; WHO, 2025). Historicamente, a violência contra a mulher foi tratada como uma questão de foro privado, o que retardou a criação de intervenções psicológicas específicas. No entanto, com a evolução da Psicologia Cognitiva, percebeu-se que o trauma da agressão não gera apenas danos físicos, mas também uma reestruturação profunda do sistema de crenças da vítima.

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), ao focar na tríade cognitiva, visão de si, do mundo e do futuro, permite desconstruir a ideia de que a violência é um destino imutável. Pensamentos automáticos negativos, como “eu mereço isso” ou “não vou sobreviver sozinha”, surgem de um processamento distorcido pela dor e pelo medo, tornando a clínica um espaço de resgate da identidade fragmentada pelo agressor.

Esta pesquisa busca compreender os fatores psicológicos e socioculturais que dificultam o rompimento dessas relações. Muitas mulheres permanecem ligadas a agressores devido à naturalização da violência e à internalização de crenças disfuncionais (MINAYO, 2006; BECK, 2011). Na perspectiva da TCC, essas crenças distorcem a percepção da realidade, dificultando decisões de afastamento (BECK, 2011). Além disso, fatores emocionais e relacionais, como apego inseguro e vínculo traumático, influenciam a permanência nas relações abusivas (BOWLBY, 1990; WALKER, 1979).

Estudos clínicos indicam que mulheres que sofrem violência por parceiros íntimos frequentemente apresentam sofrimento psicológico significativo, incluindo sintomas de ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Em um estudo com 17 mulheres vítimas de violência pelo parceiro, todas apresentaram critérios de TEPT, além de sintomas graves de ansiedade e moderados de depressão, evidenciando a relação entre violência continuada e prejuízos na saúde mental (HATZENBERGER et al., 2010).

Dados globais reforçam que a violência contra mulheres é persistente em todo o mundo. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 840 milhões de mulheres já sofreram violência física ou sexual ao longo da vida, incluindo violência por parceiro íntimo, o que corresponde a quase uma em cada três mulheres (OMS, 2025). Em 2023, aproximadamente 85.000 mulheres foram mortas intencionalmente em homicídios relacionados a gênero, sendo cerca de 60% desses crimes cometidos por parceiros íntimos ou familiares próximos (ONU, 2024).

Esses números evidenciam que a violência de gênero não apenas ameaça a integridade física e psicológica das mulheres, mas também impacta social e economicamente. Estudos indicam que a violência por parceiro íntimo pode afetar decisões financeiras, participação na força de trabalho e integração social, limitando a autonomia econômica e pessoal das vítimas.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os fatores psicológicos e socioculturais que contribuem para a permanência de mulheres em relações abusivas, à luz da Terapia Cognitivo-Comportamental e do contexto social em que tais relações se desenvolvem. Parte-se da hipótese de que crenças disfuncionais, distorções cognitivas e padrões de dependência emocional, associados a estruturas socioculturais que naturalizam a desigualdade de gênero, favorecem a manutenção do vínculo abusivo. Nesse sentido, o estudo busca não apenas compreender os mecanismos que sustentam esse fenômeno, mas também discutir de que maneira a Terapia Cognitivo-Comportamental pode contribuir para a reestruturação de crenças centrais, o fortalecimento da autonomia emocional e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que auxiliam no rompimento do ciclo de violência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Ciclo da Violência e o Vínculo Traumático nas Relações Abusivas

O Ciclo da Violência, descrito por Walker (1979), inclui fases de tensão, agressão e reconciliação, repetindo-se e intensificando-se com o tempo (WALKER, 1979; MINAYO, 2006).

Bowlby (1990) observa que quando a figura que causa sofrimento também oferece afeto, forma-se um vínculo ambivalente de dependência emocional, o que reforça a dificuldade de ruptura da relação abusiva.

2.1.1 As fases do ciclo da violência

A violência doméstica não se manifesta de forma linear, mas por meio de uma dinâmica circular e repetitiva, conhecida como Ciclo da Violência (WALKER, 1979). Compreender essas fases é fundamental para explicar por que muitas vítimas permanecem na relação.

O ciclo se divide em três etapas:

Aumento da tensão: o agressor apresenta irritabilidade, comportamentos controladores e agressões verbais. A vítima, ao perceber o risco de conflito, passa a ajustar seu comportamento, entrando em estado de hipervigilância. Esse processo compromete sua saúde mental e sua capacidade de tomada de decisão.

Explosão: ocorre o episódio de violência, que pode ser física, psicológica, sexual ou patrimonial. Essa fase gera medo intenso e sensação de impotência, consolidando o trauma psicológico.

Reconciliação: o agressor demonstra arrependimento e afeto, criando expectativa de mudança. Esse padrão funciona como reforço emocional, contribuindo para a manutenção da relação abusiva.

2.1.2 O vínculo traumático

A permanência na relação abusiva não deve ser compreendida apenas como escolha consciente, mas como resultado de um vínculo traumático. A alternância entre violência e afeto gera dependência emocional, dificultando o rompimento.

De acordo com Bowlby (1990), quando a figura que causa sofrimento também oferece conforto, estabelece-se um apego ambivalente. A vítima passa a buscar no agressor alívio para o sofrimento que ele próprio provoca.

Além disso, a intermitência de comportamentos afetivos atua como reforço psicológico, tornando a permanência mais resistente à mudança. A expectativa de que os momentos positivos retornem contribui para a continuidade do vínculo.

2.1.3 Consequências psicológicas do vínculo traumático

A exposição contínua à violência está associada a quadros de ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), afetando a regulação emocional e a percepção de segurança.

A baixa autoestima e o sentimento de desamparo reforçam padrões de submissão. A vítima passa a internalizar crenças de culpa e incapacidade, dificultando a visualização de alternativas fora da relação.

Além disso, distorções cognitivas contribuem para a minimização da violência e para a manutenção da esperança de mudança do agressor.

2.2 Perspectiva da TCC: Distorções cognitivas

As distorções cognitivas influenciam diretamente a forma como a vítima interpreta a realidade, contribuindo para a permanência na relação abusiva (BECK, 2011).

Entre as principais, destacam-se:

- Minimização: redução da gravidade da violência
- Personalização: atribuição de culpa a si mesma
- Filtro mental: foco nos momentos positivos
- Catastrofização: visão negativa da separação

Esses padrões dificultam o reconhecimento do risco e reforçam a dependência emocional.

Além das distorções cognitivas que influenciam a interpretação da realidade pela vítima, outros processos psicológicos também contribuem para a manutenção da relação abusiva. Entre eles, destacam-se o desamparo aprendido e a dissonância cognitiva, mecanismos que reforçam e sustentam padrões de pensamento disfuncionais, dificultando a percepção de alternativas e a tomada de decisões voltadas ao rompimento da relação.

2.2.1 Crenças Centrais de Desamor, Desvalor e Desamparo

As crenças centrais são ideias profundas sobre si mesma que influenciam emoções e comportamentos (BECK, 2011).

No contexto da violência, destacam-se:

- Desamor: percepção de não ser digna de afeto
- Desvalor: sentimento de inferioridade
- Desamparo: crença de incapacidade

Essas crenças limitam a percepção de autonomia e contribuem para a permanência na relação.

2.3 Desamparo Aprendido e Dissonância Cognitiva

O desamparo aprendido ocorre quando a vítima passa a acreditar que não possui controle sobre a situação, reduzindo suas tentativas de mudança (SELIGMAN, 1991).

A dissonância cognitiva permite que a vítima lide com a contradição entre o afeto e a violência, levando à justificativa do comportamento do agressor (FESTINGER, 2006).

Esses processos dificultam o rompimento da relação, mantendo a vítima em um estado de passividade.

2.4 O Contexto Social e os Mecanismos Jurídicos de Proteção

A violência de gênero não pode ser compreendida apenas como um fenômeno individual ou um desvio de conduta isolado; ela está profundamente alicerçada em estruturas sociais, culturais e históricas que perpetuam a desigualdade de poder (SAFFIOTI, 2004; MINAYO, 2006). O patriarcado, enquanto sistema de dominação, estabelece estereótipos rígidos que ditam papéis de submissão à mulher e de controle ao homem. Essas expectativas sociais funcionam como um reforço externo às crenças disfuncionais da vítima, muitas vezes naturalizando o abuso e dificultando tanto o reconhecimento da violência quanto a busca por ajuda externa (SAFFIOTI, 2004).

No cenário brasileiro, a resposta estatal evoluiu significativamente com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015). Estas legislações representam marcos civilizatórios ao retirar a violência doméstica da esfera puramente privada e conferir-lhe o status de violação dos direitos humanos. Contudo, a eficácia desses mecanismos jurídicos depende do fortalecimento de uma Rede de Enfrentamento que integre segurança pública, saúde e assistência social. Sem esse amparo multissetorial, a mulher que tenta romper o vínculo traumático pode se ver diante de um desamparo institucional, que replica a sensação de impotência vivenciada no ambiente doméstico (BRASIL, 2006; 2015).

Do ponto de vista da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), a articulação entre a intervenção clínica e o contexto social é indissociável. A reestruturação cognitiva e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento tornam-se limitados se a mulher não encontrar condições reais de segurança e subsistência fora da relação abusiva. Programas de prevenção e o acesso a serviços especializados funcionam como suportes de realidade que validam a percepção de risco da vítima, combatendo distorções como a minimização e a negação (PETERSEN et al., 2019).

Portanto, a superação da violência de gênero exige uma abordagem holística. A mudança individual promovida no espaço terapêutico deve ser acompanhada por uma transformação estrutural que desconstrua a cultura da misoginia. Somente a união entre o fortalecimento psicológico da mulher — focado na retomada da autoeficácia — e a proteção legal efetiva pode garantir a ruptura definitiva do ciclo de violência e a preservação da integridade física e mental das vítimas (BECK, 2011; FBSP, 2026).

3 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com caráter exploratório e teórico-reflexivo, cujo delineamento metodológico fundamenta-se na revisão integrativa da literatura. Este método viabiliza a síntese de múltiplos estudos publicados e permite a construção de conclusões abrangentes sobre o fenômeno da violência de gênero sob a ótica da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e do contexto social brasileiro. A coleta de dados foi operacionalizada por meio de um levantamento bibliográfico em bases de dados indexadas de relevância científica, especificamente Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PubMed. A busca foi estruturada mediante o cruzamento de descritores controlados (DeCS/MeSH) e palavras-chave, utilizando os operadores booleanos AND e OR para o refinamento do escopo, com combinações voltadas aos temas "Violência Doméstica AND Terapia Cognitivo-Comportamental", "Relacionamentos Abusivos AND Distorções Cognitivas" e "Feminicídio AND Contexto Social".

Como critérios de inclusão, priorizaram-se publicações compreendidas entre os anos de 2020 e 2025, visando assegurar a contemporaneidade dos dados estatísticos, especialmente no que tange aos relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e atualizações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Além dos artigos revisados por pares, incluíram-se obras clássicas da TCC (BECK, 2011) e documentos oficiais do ordenamento jurídico brasileiro, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015). Foram excluídos estudos que não apresentavam fundamentação teórica robusta ou que não estabeleciam uma correlação direta entre os mecanismos psicológicos e a manutenção do vínculo abusivo.

O material selecionado foi submetido a uma análise de conteúdo sistemática, dividida em três fases fundamentais: a pré-análise, mediante leitura flutuante de títulos e resumos para verificar a aderência temática; a exploração do material, com a leitura integral dos textos e extração de unidades de significado como "vínculo traumático", "desamparo aprendido" e "reestruturação cognitiva"; e, por fim, o tratamento dos resultados e inferência, que consistiu no confronto dialético entre os dados epidemiológicos da violência no Brasil e o embasamento teórico da

Psicologia Cognitiva. Dessa forma, o rigor metodológico foi assegurado pela triangulação de fontes e pela análise crítica das evidências, sustentando as reflexões teóricas apresentadas nas seções subsequentes deste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados provenientes da revisão integrativa da literatura permitiu identificar categorias centrais que contribuem para a compreensão da permanência de mulheres em relações abusivas. A partir do processo de análise de conteúdo descrito na metodologia, emergiram quatro eixos principais de interpretação: o vínculo traumático estabelecido na dinâmica relacional, o fenômeno do desamparo aprendido, a presença de distorções cognitivas que influenciam a interpretação da realidade e os fatores socioculturais que sustentam a naturalização da violência. Essas categorias, embora analisadas de forma analítica, mostram-se interdependentes e operam simultaneamente em diferentes níveis: individual, relacional e social. Nesse sentido, os resultados da literatura convergem para a compreensão de que a permanência em relações abusivas não pode ser explicada por um único fator isolado, mas por uma rede complexa de mecanismos psicológicos e estruturais que reforçam a manutenção do vínculo. A seguir, a discussão é organizada a partir dessas dimensões analíticas, buscando evidenciar como tais processos se articulam e quais implicações apresentam para a compreensão do fenômeno e para a prática clínica no contexto da Terapia Cognitivo-Comportamental.

4.1 A Interseção entre o Social e o Psicológico

A análise dos resultados corrobora a perspectiva de Saffioti (2004), segundo a qual o patriarcado constitui uma estrutura social de dominação que sustenta desigualdades de poder entre homens e mulheres. Nesse contexto, a violência de gênero não pode ser compreendida apenas como um comportamento individual desviante, mas como um mecanismo socialmente estruturado de controle e subordinação. No Brasil, a persistência dos índices de feminicídio (FBSP, 2026) evidencia que, mesmo diante de avanços legislativos, a naturalização da violência ainda constitui um obstáculo significativo para a efetividade das intervenções.

À luz da Terapia Cognitivo-Comportamental, essas estruturas socioculturais não permanecem apenas no plano externo, mas tendem a ser internalizadas pelas vítimas, influenciando diretamente a formação de esquemas cognitivos disfuncionais. Conforme propõe Beck (2011), crenças centrais sobre si, sobre o mundo e sobre o futuro orientam a interpretação das experiências vividas. Assim, quando a mulher é socializada em contextos que reforçam a

desigualdade de gênero e a submissão feminina, tais padrões podem ser incorporados como crenças de desvalor, desamor ou desamparo, dificultando o reconhecimento da violência e a tomada de decisões voltadas ao rompimento da relação abusiva.

4.2 O Fenômeno da Paralisia: Dissonância e Desamparo

O fenômeno aqui denominado de "paralisia" pode ser compreendido, de forma mais analítica, como o resultado da interação entre dois processos psicológicos: a dissonância cognitiva e o desamparo aprendido. A dissonância cognitiva, conforme proposto por Festinger (2006), refere-se ao estado de tensão psicológica que emerge quando a pessoa vivencia simultaneamente crenças ou percepções contraditórias, como o afeto pelo parceiro e a experiência da violência. Para reduzir esse conflito interno, a vítima pode desenvolver justificativas que minimizam ou racionalizam o comportamento do agressor, como atribuir a agressão ao estresse ou interpretá-la como um episódio isolado. Paralelamente, o desamparo aprendido (Seligman, 1991) contribui para a diminuição progressiva das tentativas de enfrentamento.

Após repetidas experiências em que esforços para interromper a violência não produzem mudanças efetivas, a vítima pode internalizar a crença de que não possui controle sobre a situação. A interação entre esses dois mecanismos produz um estado de inibição comportamental e emocional, caracterizado pela dificuldade de tomar decisões e buscar alternativas, o que explica a permanência na relação abusiva mesmo diante de riscos evidentes à integridade física e psicológica.

4.3 O Ciclo da Violência como Barreira à Mudança

A análise do Ciclo da Violência proposto por Walker (1979) evidencia que a fase de reconciliação, frequentemente denominada "lua de mel", desempenha um papel central na manutenção da relação abusiva. Nessa etapa, o agressor tende a demonstrar arrependimento, afeto e promessas de mudança, criando na vítima a expectativa de que o comportamento violento não se repetirá.

Do ponto de vista psicológico, esse processo pode ser compreendido à luz do princípio do reforço intermitente, no qual recompensas emocionais são oferecidas de forma irregular e imprevisível. Esse tipo de reforço tende a fortalecer vínculos comportamentais de maneira particularmente resistente à extinção, pois os momentos de afeto funcionam como recompensas que renovam a esperança de transformação da relação. Assim, mesmo após episódios de violência, a presença ocasional de comportamentos positivos por parte do agressor contribui para a manutenção do vínculo traumático. Nesse contexto, a vítima pode interpretar os períodos

de reconciliação como evidências de mudança genuína, o que dificulta o reconhecimento da dinâmica cíclica da violência e posterga a decisão de rompimento da relação.

4.4 Implicações para a Prática Clínica em TCC

As implicações clínicas indicam que o tratamento psicológico de mulheres em situação de violência não deve restringir-se à redução de sintomas, como ansiedade e depressão, mas priorizar a identificação e a reestruturação de crenças centrais de desvalor, desamor e desamparo que sustentam a permanência na relação abusiva.

Nesse contexto, a Terapia Cognitivo-Comportamental oferece estratégias relevantes, como o monitoramento de pensamentos automáticos e a identificação de distorções cognitivas, particularmente a personalização, caracterizada pela tendência da vítima de atribuir a si mesma a responsabilidade pelo comportamento do agressor. O fortalecimento da autonomia emocional e da percepção de autoeficácia também se apresenta como elemento fundamental para que a mulher possa reconhecer o ciclo da violência e desenvolver estratégias de enfrentamento mais adaptativas.

Contudo, é importante destacar que a efetividade da intervenção clínica encontra limites quando não há condições concretas de segurança e suporte social para a vítima. Assim, a prática terapêutica precisa estar articulada com redes institucionais de proteção, envolvendo serviços de saúde, assistência social e mecanismos jurídicos, de modo que o processo de fortalecimento psicológico seja acompanhado por garantias reais de proteção e autonomia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a permanência em relações abusivas não é um fenômeno de passividade voluntária, mas o resultado de uma complexa intersecção entre vulnerabilidades cognitivas e estruturas socioculturais opressoras. Os dados analisados confirmam que o vínculo traumático é sustentado por mecanismos como o desamparo aprendido e a dissonância cognitiva, que, somados à exaustão emocional, anulam a percepção de autoeficácia da mulher.

Conclui-se que a Terapia Cognitivo-Comportamental oferece um suporte técnico essencial ao promover a reestruturação de crenças centrais de desvalor e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento assertivas. No entanto, o estudo evidencia que a eficácia clínica é intrinsecamente limitada se o contexto social permanecer negligente. Romper o ciclo da violência, portanto, deixa de ser uma responsabilidade estritamente individual para se tornar

um compromisso coletivo, exigindo a integração entre o fortalecimento psíquico e políticas públicas que garantam segurança jurídica e subsistência econômica.

Como contribuição, este artigo ressalta a necessidade de uma Rede de Enfrentamento que atue de forma tão persistente quanto o próprio ciclo do abuso. Sugere-se que futuras investigações foquem na eficácia de intervenções grupais e em modalidades digitais de atendimento, visando ampliar o acesso de mulheres em situação de isolamento. Em suma, a transformação da vulnerabilidade em autonomia requer uma abordagem holística: onde a clínica reconstrói a identidade fragmentada e o Estado assegura o direito à vida, garantindo que a ruptura da relação abusiva não seja apenas um ato de fuga, mas o fundamento de uma trajetória digna e segura.

ABSTRACT

Violence in intimate relationships is a complex and often gradual phenomenon that may lead to severe outcomes such as femicide. This study analyzes abusive relationships from the perspective of Cognitive-Behavioral Therapy (CBT) and the social context in which they occur. The objective is to examine the psychological and sociocultural factors that contribute to the maintenance of these relationships, with emphasis on dysfunctional beliefs, cognitive distortions, and patterns of emotional dependence. This is a qualitative, exploratory study based on a literature review and theoretical-reflective analysis of academic publications and official documents. The findings indicate that the normalization of violence, combined with cognitive and emotional vulnerabilities and limited support networks, plays a significant role in the persistence of abusive relationships. CBT is identified as a relevant approach, as it promotes cognitive restructuring, emotional autonomy, and the development of coping strategies. The study concludes that addressing gender-based violence requires an integrated approach involving both clinical interventions and social support systems.

Keywords: Gender-based violence; Abusive relationships; Femicide; Cognitive-Behavioral Therapy; Cognitive distortions.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON, Gerhard; et al. Individually tailored internet-delivered cognitive-behavioral therapy for survivors of intimate partner violence: a randomized controlled pilot trial. Internet Interventions, v. 26, p. 100453, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.invent.2021.100453 Acesso em: 4 abr. 2026.

BECK, Judith S. Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BOWLBY, John. Apego e perda. Porto Alegre: Artmed, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 4 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Lei do Feminicídio). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em: 4 abr. 2026.

CASSADO, D. C.; GALLO, A. E.; ALBUQUERQUE, L. C. Transtorno de estresse pós-traumático e prejuízos cognitivos em mulheres vítimas de violência pelo parceiro íntimo. Ciências & Cognição, v. 15, n. 2, p. 94-110, 2010. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/23544. Acesso em: 4 abr. 2026.

DOKKEDAHL, S. B.; et al. The psychological subtype of intimate partner violence and its effect on mental health: a systematic review with meta-analyses. Systematic Reviews, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9364557/. Acesso em: 4 abr. 2026.

FESTINGER, Leon. Teoria da dissonância cognitiva. São Paulo: EDUSP, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. Acesso em: 4 abr. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Retrato dos feminicídios no Brasil 2026. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes/. Acesso em: 4 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PETERSEN, Mariana Gomes Ferreira; ZAMORA, Júlia Carvalho; FERMANN, Ilana Luiz; CRESTANI, Pâmela Letícia; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica: revisão sistemática. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 145-165, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000100008&lng=pt. Acesso em: 4 abr. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SELIGMAN, Martin E. P. Learned helplessness: a theory for the age of personal control. New York: Oxford University Press, 1991.

UN WOMEN. Global database on violence against women. Disponível em: https://evaw-global-database.unwomen.org/. Acesso em: 4 abr. 2026.

UNODC; UN WOMEN. Femicides in 2023: Global estimates of intimate partner/family member femicides. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime &

UN Women, 2024. Disponível em: https://knowledge.unwomen.org/en/digital-library/publications/2024/11/femicides-in-2023-global-estimates-of-intimate-partner-family-member-femicides. Acesso em: 4 abr. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). Violence against women prevalence estimates, 2023. Geneva: WHO, 2025. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240116962. Acesso em: 4 abr. 2026.